

Texto e coerência

ANA CRISTINA MACÁRIO LOPES
CELGA/Faculdade de Letras de Coimbra
acml@mail.telepac.pt

1. Texto e parâmetros da textualidade

Focalizando a comunicação realizada através da linguagem verbal, verificamos que os sujeitos participantes no processo comunicativo produzem e recebem, na oralidade ou na escrita, fragmentos linguísticos de extensão variável. Vamos utilizar o termo *texto* para designar esses produtos verbais que emergem na interacção oral ou escrita, e consideraremos *texto* e *discurso* como termos sinónimos, na esteira, entre outros, de Fonseca 1992.¹ Uma língua natural realiza-se através de textos de natureza e funções muito diversas: uns mais vinculados a uma inserção eficaz na prática social, exibindo uma vertente utilitária marcada, outros vocacionados para o exercício da racionalidade analítica, emergentes, por exemplo, no âmbito da filosofia e da ciência, outros ainda intencionalmente construídos para suspender a referência imediata ao mundo, com uma finalidade poética, como acontece na esfera literária. Conhecer uma língua envolve, pois, a capacidade de produzir e interpretar uma pluralidade de textos nessa língua, textos seguramente diferentes na sua génese, nos seus objectivos e nos seus circuitos comunicacionais, mas apesar disso identificáveis enquanto unidades dotadas de propriedades estruturais e funcionais.

Vejamos então como podemos caracterizar a unidade texto, atendendo aos contributos dos estudos linguísticos contemporâneos.

Nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 70, tem-se assistido a uma enorme efervescência teórica no seio da comunidade linguística, sendo que um dos motores dessa efervescência resulta de uma alteração significativa de ângulo de visão. Com efeito, muitos linguistas têm vindo a questionar ou a problematizar as fronteiras rígidas que alicerçam as dicotomias fundadoras da ciência da linguagem (língua vs. fala, competência vs. performance), dicotomias essas que conduziram à construção de modelos formais de descrição do sistema linguístico, perspectivado na sua imanência, na sua autonomia e na sua arquitectura modular, independentemente de quaisquer considerações relacionadas com o plano do uso. Estes modelos formais contemplam diferentes níveis de estruturação da língua, os níveis fonológico, morfológico, sintáctico e semântico.

Ora, o movimento de problematização atrás referido recoloca no centro da reflexão teórico-epistemológica o plano do uso das línguas naturais. E esta revalorização do plano do uso vai ter consequências a dois níveis. Por um lado, assume-se que as funções sociais da linguagem influenciam decisivamente a organização interna das línguas naturais, pelo que a caracterização da estrutura da língua não pode ser dissociada das dimensões psico-cognitivas e sócio-comunicativas que presidem ao seu uso. Por outro lado, muitos linguistas passam a debruçar-se sobre o texto/discurso enquanto unidade de descrição, considerando-o o signo linguístico originário do ponto de vista do uso. Nesta perspectiva, o enfoque passa a ser o uso da língua, no seu funcionamento textual/discursivo. A Linguística Textual é justamente a área de investigação que elege o estudo do texto e, mais concretamente, dos aspectos linguísticos da organização textual, como objecto de conhecimento.

Entendido como fragmento verbal intencionalmente produzido por um sujeito ancorado num tempo e num espaço específicos, e dirigido a uma instância de alteridade que de raiz desempenha um papel

¹ Há, no entanto, autores que distinguem entre processo e produto, reservando o termo *discurso* para o processo socialmente condicionado (Adam 1990:23: “Discurso = Texto + condições de produção”) e o termo *texto* para o produto verbal. Cf. ainda van Dijk 1977, Ducrot 1984. Em Halliday & Hasan 1976, o texto é entendido como uma sequência, falada ou escrita, que forme um todo unificado, independentemente da sua extensão.

decisivamente interventor na sua gênese e configuração, um texto/discurso não se define pela sua extensão, mas antes pela sua unidade semântica e pela sua relevância pragmática. De facto, uma simples palavra— por exemplo, *olá*, *adeus* ou *parabéns*— pode funcionar como texto/discurso, uma vez que materializa e cumpre uma função comunicativa precisa (uma saudação, uma despedida, uma felicitação, respectivamente). Não sendo, pois, a extensão um critério definatório, é, no entanto, verdade que prototipicamente um texto envolve uma sequência de enunciados, pondo em jogo mecanismos linguísticos de organização transfrásica. Numa tentativa de definição mais rigorosa desta unidade linguística, vamos convocar os parâmetros avançados por Beaugrande 1980, que por si sós evidenciam a centralidade da Pragmática numa teoria linguística do texto. Note-se, desde já, que tais parâmetros devem ser lidos numa perspectiva de definição prototípica da categoria, ou seja, são propriedades que caracterizam os membros mais centrais e mais representativos da categoria, podendo algumas delas estar ausentes nos exemplares mais periféricos. Entendida desta forma, a categoria não é definida intencionalmente por um conjunto de propriedades necessárias e suficientes, o que implica que, extensionalmente, os diferentes membros apresentem diversos graus de representatividade. Feita esta observação preliminar, diremos, então, que um fragmento linguístico será um texto se verificar, em feixe e prototipicamente, um conjunto de propriedades.

Em primeiro lugar, e retomando o que atrás dissemos, um texto resulta da intenção comunicativa de um sujeito, sujeito esse que lineariza uma sequência de elementos linguísticos por forma a cumprir um determinado objectivo junto do interlocutor. A comunicação é efectiva se o interlocutor apreender o plano comunicativo subjacente ao fragmento discursivo/textual em apreço.

Em segundo lugar, um texto pressupõe sempre uma atitude de aceitabilidade por parte do interlocutor, uma atitude que envolve o reconhecimento de que o produto verbal que lhe é dirigido é uma unidade dotada de sentido.

A ‘situacionalidade’ é também um parâmetro a considerar: para que um fragmento linguístico possa ser considerado um texto, terá de ser situacionalmente relevante ou contextualmente adequado. O princípio de adequação contextual convoca realidades de natureza psico-cognitiva e sócio-comunicativa que, sendo exteriores às línguas, não são certamente “alheias à sua estrutura e ao seu funcionamento efectivo” (Fonseca, 1994:97). Referimo-nos concretamente às relações de maior ou menor distância social e afectiva entre os participantes, aos seus papéis socio-simbólicos, aos contextos físicos/espaciais e institucionais em que decorre o acto comunicativo.

Por outro lado, um texto configura um equilíbrio entre informação (já) conhecida ou previsível e informação nova. Há, pois, uma tessitura interna em que continuidade e progressão de informação se interligam de modo a que seja possível processar e armazenar elementos cognitivos novos e ao mesmo tempo activar elementos cognitivos já introduzidos na memória dos falantes. Esta propriedade é habitualmente designada pelo termo ‘informatividade’.

Importa também sublinhar que os textos circulam em contextos sociais, articulando-se sempre dialogicamente (no plano formal e no plano do conteúdo) com outros textos que integram a experiência anterior dos interlocutores. Neste sentido, interage com a memória textual colectiva, onde se encontram arquivados/registados modelos textuais. Assim, textos de uma mesma época, de uma mesma área de conhecimento, de uma mesma cultura, de idêntica temática dialogam entre si. Os casos mais óbvios de dialogismo serão as citações, as remissões, os comentários de texto, e a ocorrência de discurso relatado no interior de um texto. A consideração deste parâmetro, que o termo ‘intertextualidade’ recobre, abre o texto à historicidade do homem e do mundo e instala/inscreve a polifonia no seio da actividade discursiva.

Deixámos deliberadamente para o fim os dois parâmetros que do ponto de vista linguístico têm suscitado uma reflexão mais aprofundada: a ‘coesão’ e a ‘coerência’. Um texto exhibe tipicamente mecanismos léxico-gramaticais de sequencialização que garantem uma ligação semântica entre os diferentes segmentos/enunciados que o compõem. Sob o termo ‘coesão’, incluem-se normalmente recursos idiomáticos explicitamente manifestados na superfície textual, que formalmente instituem conexões semânticas no interior do sintagma, entre sintagmas no interior da frase e entre frases. No conjunto desses mecanismos, destacam-se, pela importância de que se revestem na configuração global do sentido do texto, as cadeias de referência, os conectores intra e interfrásicos, a compatibilidade entre tempos verbais e entre estes e os adjuntos adverbiais temporo-aspectuais. Dadas as limitações de espaço, abordaremos apenas, neste contexto, as cadeias de referência e os conectores, evidenciando as possibilidades que nos oferecem de interligar as noções de coesão e coerência.

Falamos de cadeias de referência sempre que diferentes expressões linguísticas são utilizadas para designar as mesmas entidades no universo de referência/mundo criado pelo texto. Centremo-nos nas cadeias de

referência de base nominal. A partir do momento em que uma expressão referencialmente autônoma (por ex., um nome próprio ou um SN indefinido) introduz no mundo criado pelo texto uma entidade, essa entidade pode ser retomada na sequência do texto, graças ao recurso a expressões referencialmente dependentes (tipicamente, pronomes). Numa cadeia de referência, a expressão referencialmente autônoma e a expressão dependente têm referência comum, são co-referentes, o que assegura continuidade semântica ao longo do texto. As cadeias de referência podem ser realizadas por anáfora ou catáfora. No primeiro caso, a expressão referencialmente dependente retoma o valor referencial de uma expressão nominal presente no discurso anterior. No segundo caso, a expressão nominal que satura o termo referencialmente dependente ocorre no discurso subsequente. Assinale-se que o membro dependente de uma cadeia referencial pode não ter realização lexical, ou seja, pode ser um elemento vazio, foneticamente nulo. Vejam-se os exemplos (1) e (2):

- (1) [O Rui]_j decidiu repetir as provas de acesso à Universidade. [Ele]_j quer mesmo entrar em Medicina.
 (2) [-]_k Estava exausta e tudo [lhe]_k parecia absurdo. Pela primeira vez na vida, [a Joana]_k sentia uma total incapacidade de reagir.

Em (1), temos um caso de anáfora: o pronome retoma o valor referencial da expressão nominal [o Rui] presente no discurso anterior. Em (2), a interpretação do elemento vazio (ou termo elíptico) correspondente ao sujeito da primeira frase e a interpretação do pronome [lhe] dependem do valor referencial de uma expressão nominal que ocorre no discurso subsequente, o SN definido [a Joana].²

Para além do recurso a pronomes e elementos vazios, as cadeias de referência podem também ser construídas através da repetição definitizada de uma expressão nominal indefinida, como atesta o exemplo (3):

- (3) Era uma vez [uma menina muito curiosa]_j. Um dia, [a/essa menina]_j resolveu partir à aventura.

Estes processos de construção de co-referência, fortemente dependentes do contexto discursivo, asseguram, repetimo-lo, continuidade semântica: as entidades de que se fala vão sendo retomadas ao longo do texto, dado o seu estatuto de participantes nas diversas situações representadas no mundo textual.

Estudos realizados no âmbito da Psicolinguística (cf. Gundel *et al* 1993, Ariel 2001) estabelecem correlações significativas entre a expressão linguística seleccionada na cadeia de referência e o grau de acessibilidade dos referentes conceptualmente representados. Assim, expressões pronominais e elipses (também chamadas ‘anáforas zero’) codificam normalmente referentes altamente acessíveis (presentes na chamada memória de trabalho ou memória activa), sinalizando, por defeito, a activação contínua/recorrente de um mesmo tema ou tópico discursivo. Já a selecção de um SN indefinido como primeiro membro da cadeia sinaliza introdução de informação nova, activação de um novo tópico, ainda não armazenado no universo cognitivo do interlocutor.³

Para além das cadeias de referência, os conectores são outro instrumento fulcral de coesão textual/discursiva, na medida em que também eles asseguram a sequencialização semântica do texto, sinalizando diferentes tipos de conexões ou relações discursivas. Os conectores podem interligar duas proposições no interior de uma frase complexa, mas podem também interligar frases sintacticamente independentes.

Incluimos sob a designação de conectores quer as tradicionais conjunções (*e, ou, mas, porque, quando*, etc.), quer expressões adverbiais e preposicionais com função conectiva (*finalmente, por fim, em suma, com efeito, de facto, deste modo, conseqüentemente, assim, daí, ao invés, pelo contrário, no entanto, etc.*). Se é verdade que um texto pode progredir sem a presença destes elementos, como se verá mais adiante quando equacionarmos o problema da coerência, não é menos verdade que a sua ocorrência parece ser um elemento crucial do ponto de vista da redução dos custos de processamento da informação, uma vez que eles marcam explicitamente o tipo de relação/conexão discursiva que deve ser computado na interpretação. Ao codificarem

² Utilizamos [-] para representar o elemento vazio ou termo elíptico. Usamos um mesmo índice subscrito para todos os elementos da cadeia de referência.

³ A acessibilidade do referente depende de factores como a distância entre a expressão referencialmente autônoma (o antecedente) e a expressão referencialmente dependente (o termo anafórico), a competição com outros potenciais referentes e o grau de saliência cognitiva do referente visado, basicamente determinada pela estrutura temática do texto.

Gundel *et al.* 1993 propuseram mesmo uma “Givenness hierarchy”, ou seja, uma escala hierárquica relativa ao estatuto cognitivo do sintagma nominal. Segundo os autores, os SN dispõem-se na escala em função do maior ou menor grau de conhecimento que supostamente o interlocutor possui acerca dos respectivos referentes. A escala é a seguinte:

Em foco (*it*) > Activado (*that, this, this N*) > Familiar (*That N*) > Único identificável (*The N*) > Referencial (*Indefinite, This N*) > Tipo identificável (*a N*).

informação sobre como processar os diferentes enunciados que se sucedem na linearidade textual, os conectores funcionam como guias do processo interpretativo, facilitando a construção (da representação mental) da estrutura do texto.

Prototipicamente, um texto exhibe os mecanismos de coesão mencionados. Há, no entanto, evidência empírica de que esses mecanismos de coesão, por si só, não asseguram a aceitabilidade e a coerência de um texto. Veja-se o exemplo seguinte:

(4) Ontem, o Rui foi internado n[uma clínica particular]; *porque* estava a chover. [A clínica] fica ao pé de [um lago]. N[esse lago]; não há peixes; *assim*, é permitido pescar.

O fragmento em apreço exhibe cadeias de referência e conectores e, no entanto, suscita uma reacção de estranheza, dada a impossibilidade de o interpretarmos como um todo coerente (de significação). Podemos então dizer que os mecanismos coesivos estão ontológica e funcionalmente subordinados a condições específicas de coerência e só se revelam plenamente operativos se essas condições forem respeitadas.

Debrucemo-nos, então, sobre a noção de coerência. Num patamar intuitivo de reflexão, a coerência prende-se com o reconhecimento de que um determinado fragmento textual forma um todo unificado de significação, ‘faz sentido’, é congruente. Ora, o que garante e sustenta o juízo de coerência que nos leva a conferir a uma sequência de enunciados o estatuto de texto? Importa desde logo sublinhar que a coerência não é uma propriedade formal do produto verbal. São os receptores que constroem a coerência do texto, processando e relacionando informação explicitamente verbalizada e activando, por outro lado, inferências baseadas quer no material linguístico disponível, quer em conhecimento do mundo, inferências essas que permitem colmatar eventuais descontinuidades semânticas e reconstituir (sempre com uma margem de risco) a totalidade da significação intendida pelo falante.⁴

Falar de coerência implica, pois, falar da representação mental do texto, constructo cognitivo que é configurado de forma dinâmica e incremental no processo interpretativo.⁵ Note-se que, neste processo, é imprescindível que os princípios da não-contradição, da não-tautologia e da relevância (ou interligação consistente entre os sucessivos enunciados do texto) sejam respeitados. Estes princípios gerais “convergem ou identificam-se com normas universais (...) que regem o exercício do pensamento e a construção do conhecimento” (Fonseca, 1993:184) e a sua não derrogação permite a construção de um mundo textual que não entra em ruptura com o modo como conceptualizamos ou ordenamos cognitivamente a nossa experiência do mundo real.⁶

A questão da não ruptura entre as situações representadas no texto e aquilo que corresponde à nossa apreensão cognitiva do mundo põe em relevo o papel dos cenários culturais e/ou dos modelos de cognição social no processo interpretativo. Estes cenários e modelos têm sido diversamente designados por “scripts/frames/schemata” ou ainda “scenes-and-frames” (Fillmore, 1985), “domínios cognitivos” (Langacker 1987), “modelos cognitivos idealizados (Lakoff 1987). O que está em jogo é, obviamente, conhecimento do mundo não especializado, largamente socializado, ancorado em representações estereotípicas de objectos, situações e sequências de eventos. Estas estruturas de conhecimento interindividualmente partilhadas pelos membros de uma comunidade são sistematicamente mobilizadas na compreensão da linguagem natural, aspecto

⁴ É hoje consensual que as representações mentais ancoradas no significado linguisticamente codificado são subespecificadas: o que o falante comunica transcende o dito, sendo necessário enriquecer as representações mentais do dito através de inferências de natureza pragmática. Retomando o contributo de Sperber & Wilson 1986, podemos de facto afirmar que o *output* da semântica linguística é uma representação conceptual parcial e incompleta, uma forma lógica resultante da descodificação do material linguístico. Ao ser processada pelo sistema central da mente (que inclui subsistemas cognitivos relacionados com a memória e capacidades mentais de formulação de hipóteses e resolução de problemas), dá origem à interpretação contextualizada do enunciado, que engloba uma forma proposicional completa (com resolução de eventuais ambiguidades e afectação de referentes às variáveis), a identificação de um valor ilocutório e a computação de informação implícita (as implicaturas conversacionais).

⁵ Tanto no campo da Psicolinguística (cf. van Dijk e Kintsch 1983) como no campo da Semântica Formal (Kamp & Reyle 1993) e da Linguística Cognitiva (cf. Fauconnier 1985) se tem sublinhado o carácter compositivo desta representação mental. Quer isto dizer que o material linguístico actualiza a representação mental corrente, baseada em discurso prévio, conhecimento de *background* e inferência.

⁶ Naturalmente, pode haver violação intencional destes princípios, na busca de efeitos estéticos ou tendo em vista a criação do absurdo ou do *non sense*. Ou seja: o mundo representado pelo/no texto pode ser um mundo alternativo ao mundo real, sendo então necessárias algumas ‘chaves’ ou instruções específicas para que se processe a suspensão das condições cognitivas sobre a coerência textual habitualmente pressupostas na interpretação: o género textual, a pertença à esfera literária podem funcionar como algumas dessas ‘chaves’, que são em última análise horizontes de expectativas; mas também verbos criadores de mundos, por ex., *sonhar*, *imaginar*, podem exercer o mesmo tipo de função.

que tem vindo a ser reiteradamente destacado na investigação contemporânea, em áreas tão diversas como a Inteligência Artificial (Schank & Abelson 1977), a Linguística Cognitiva (Langacker 1987) e a Psicolinguística (van Dijk e Kintsch 1983). Em suma, o conhecimento do mundo armazenado em modelos cognitivos inter-individualmente partilhados interage sempre com a informação linguisticamente expressa no texto, no processo interpretativo que tende a otimizar a coerência textual.

Na construção da representação mental coerente de um texto, há duas dimensões que merecem particular destaque. Em primeiro lugar, a coerência *referencial* (cf. Sanders *et al.*2001), suportada pelas cadeias de referência. Graças à activação de informação recorrente, torna-se possível a construção de temas ou tópicos discursivos: uma entidade ou um assunto só se configura como tema/tópico discursivo a partir do momento em que é retomada em unidades textuais superiores à frase. Assim, um tópico funciona como centro em torno do qual se organizam diferentes predicções.

Em segundo lugar, importa destacar a coerência *relacional* (cf. Sanders *et al.*2001). Esta expressão recobre as relações de sentido que permitem interligar/conectar segmentos textuais, quer ao nível intrafrásico (ou seja, no quadro da frase complexa, resultante da articulação de duas proposições), quer ao nível interfrásico (ou seja, entre frases independentes). Ultrapassando a flutuação terminológica existente neste domínio – conexões discursivas, relações discursivas, relações retóricas, relações de coerência são algumas das expressões que se encontram na literatura especializada-, é indubitável que a progressão textual envolve o estabelecimento de nexos conceptuais entre os diferentes segmentos que compõem o texto. É em larga medida a coerência relacional que distingue um texto de uma arbitrária, aleatória e desconexa sequência de enunciados. Assim, na interpretação, constrói-se uma representação mental que integra as proposições expressas num todo mais vasto, sendo as relações/conexões discursivas os instrumentos que viabilizam essa integração. Uma relação discursiva corresponde, então, a uma dimensão da interpretação textual que forçosamente se adiciona à interpretação de frases isoladas.

Vejamos agora como parametrizar estas relações discursivas. O critério que parece mais pertinente e que reúne um largo consenso na comunidade linguística prende-se com o plano da significação em que tais relações operam.

Recorrendo à proposta de Halliday (1973) sobre as metafunções da linguagem verbal, que correspondem afinal a diferentes domínios/níveis pelos quais se distribui a significação linguística, diremos que há basicamente dois tipos de relações discursivas: as que envolvem o domínio ideacional da significação e as que envolvem o domínio interpessoal da significação. As primeiras correspondem às conexões entre conteúdos proposicionais. Trata-se, pois, de relações que interligam situações, estados ou eventos linguisticamente representados e interpretados como algo que ocorre num mundo (no mundo real ou num mundo possível). Estas relações contribuem para a construção da *coerência semântica* do texto (ou da vertente mais estritamente semântica da coerência textual). A título de exemplo, mencionem-se as relações discursivas de causa, consequência, fim, contraste, paralelismo, disjunção alternativa, sequência temporal (ou narração), enquadramento, mera adição/listagem de informação. Os nexos semânticos entre situações podem ser marcados através de conectores, mas podem também ser inferencialmente apreendidos, graças à interacção entre conteúdos proposicionais e conhecimento do mundo. Vejam-se os exemplos (5) e (6):

(5) A terra secou porque não choveu durante todo o ano.

(6) A terra secou. Não choveu durante todo o ano.

Ambos os exemplos ilustram a conexão causal e ambos são aceitáveis porque compatíveis com o nosso conhecimento do mundo. Há, pois, um forte suporte cognitivo na base dos nossos juízos de coerência. Reiterando o que atrás ficou dito, o mundo textual será tanto mais coerente quanto maior conformidade houver entre as situações, eventos ou estados, descritos no texto e aquilo que sabemos acerca do mundo sociofísico.

Em síntese, há relações discursivas que articulam conteúdos proposicionais, instituindo diferentes tipos de nexos conceptuais entre as situações representadas no texto.

Mas a coerência de um texto não se esgota neste tipo relações discursivas. Com efeito, a linguagem verbal não se limita a modelizar situações, ou seja, não é redutível a um sistema simbólico de representação do mundo. Através da linguagem, desenvolvemos argumentos, agimos e interagimos socialmente, cumprindo determinados objectivos/planos comunicativos. Se a linguagem é também uma forma de comportamento e um instrumento de acção, torna-se claro que a dimensão interpessoal da significação não pode deixar de ser convocada na representação mental da coerência de um texto. Diremos então que há relações discursivas que

articulam actos discursivos, contribuindo para a construção da *coerência pragmático-funcional* do texto. A título de exemplo, um locutor pode fazer um pedido e seguidamente justificar esse pedido:

(7) Peço-te que venhas a minha casa esta noite, pois/porque preciso urgentemente de falar contigo.

(8) Peço-te que venhas a minha casa esta noite. Preciso urgentemente de falar contigo.

Os tradicionalmente chamados conectores explicativos prefaciam, justamente, o enunciado cuja relevância se satura ao nível da função ilocutória que desempenha. A análise deste tipo de relações discursivas convoca, a nosso ver, a questão/problemática das articulações sequenciais de actos discursivos/ilocutórios. Para além dos actos discursivos por natureza sequenciais – pensemos no paradigmático par pergunta/resposta e noutros pares adjacentes do tipo convite/aceitação ou rejeição do convite, reclamação/ pedido de desculpa, típicos do texto dialogal-, outros há cuja análise requer também a tomada em consideração do plano transfrásico, já que adquirem uma função ilocutória específica ao serem articulados com outros, num processo de interpretação retroactiva. Assim, quando falamos de, por exemplo, reformulação, refutação, confirmação, justificação ou explicação, conclusão, comentário, particularização/exemplificação, generalização, estamos a nomear relações/conexões discursivas que correspondem afinal ao papel específico que um acto discursivo/ilocutório desempenha ao ser articulado com outros numa sequência textual.

Muitas vezes, a articulação sequencial envolve uma hierarquia, ou seja, é possível distinguir entre actos principais e actos subordinados. No exemplo (7), o acto principal é de tipo directivo – um pedido-, funcionando a asserção como um acto subordinado de justificação, através do qual o falante explicita o motivo que o leva a formular o pedido.

Naturalmente que a consistência ilocutória entre enunciados não existe independentemente dos respectivos conteúdos proposicionais. No entanto, o que aqui nos interessa realçar é o facto de haver, no plano textual, articulações sequenciais de actos discursivos cujo processamento é requerido no processo interpretativo, tendo em vista a construção da representação mental coerente do texto. Ou seja, e dito de outro modo, há relações discursivas que só podem ser cabalmente caracterizadas se convocarmos o plano enunciativo-pragmático, correspondente ao domínio interpessoal da significação.

A elaboração de tipologias granuladas e rigorosas das relações discursivas que alicerçam a coerência semântica e pragmático-funcional de um texto é um ponto em aberto, sobre o qual se têm vindo a debruçar diversos investigadores (cf. Halliday 1976, Van Dijk, 1977, Roulet *et al.* 1985, Mann & Thompson, 1988, Lascarides & Asher 1993, Sanders, Spooren & Noordman 1992, Sanders 1997, Sanders *et al.*, 2001, Zorraquín & Portolés 1999, Kehler 2004, entre outros). Não é nosso propósito analisar aqui as diferentes propostas disponíveis, mas tão somente sublinhar que esta é uma área que tem vindo a mobilizar a pesquisa linguística contemporânea. Todas as propostas tendem a captar os parâmetros relevantes em função dos quais as relações discursivas podem variar, podendo cada uma delas ser discutida em função da sua adequação descritiva e do seu grau de plausibilidade psicológica.

Antes de entrarmos no segundo momento deste trabalho, que será um momento de exemplificação mais aprofundada dos dois tipos de relações discursivas que acabámos de mencionar, importa sublinhar dois tópicos, a explorar futuramente: (i) as relações discursivas podem vazar-se em moldes sintácticos distintos: justaposição (ou seja, construções paratácticas em que o grau de independência sintáctica das unidades conectadas é total), construções de coordenação e construções de subordinação; (ii) as relações discursivas podem ocorrer a nível micro-estrutural ou local, articulando proposições ou enunciados adjacentes, mas podem também envolver fragmentos textuais mais extensos (*em síntese* é um conector que prototipicamente articula um enunciado final com uma sequência prévia, mais ou menos longa, de enunciados).

2. A pertinência da distinção entre coerência semântica e coerência pragmático-funcional: análise das construções causais e explicativas em PE

O objectivo desta secção é demonstrar a pertinência da distinção entre coerência semântica e coerência pragmático-funcional através da análise de construções causais e explicativas em PE contemporâneo. Vamos trabalhar com enunciados que envolvem a explicitação de conectores, dado que a distinta natureza da relação discursiva se reflecte, nestes casos, de forma bastante óbvia no plano da organização sintáctica do fragmento textual/discursivo em apreço.

O conector que prototipicamente expressa um nexo causal em português é a conjunção *porque*. Recorrendo a van Dijk (1977), começaremos por definir a noção de causa numa base lógico-semântica: um evento A causa um evento B se A for condição suficiente para a ocorrência de B. Óscar Lopes (1971) parte também de uma definição similar, afirmando que uma causa é uma condição suficiente que se verifica na realidade. Portanto, a conjunção causal introduz tipicamente uma condição suficiente comprovada pelos factos. Trata-se da definição de uma causa real, em que situações do mundo se sucedem temporalmente, sendo a segunda a consequência directa da primeira. Esta relação pode ser exemplificada pelo enunciado (9):

(9) A torre ruiu porque houve um sismo violento.

Este enunciado admite a paráfrase: ‘o facto de ter havido um sismo violento é a causa de a torre ter ruído’.

As duas proposições articuladas pelo conector dão origem a um produto categorial de natureza frásica. Os testes (sintáctico-semânticos) que demonstram que o enunciado em apreço é ainda uma estrutura frásica – uma frase complexa, que integra uma oração subordinada adverbial – são os seguintes (cf. Peres 1997):

- a) o produto final resultante da conexão pode ocorrer como argumento encaixado de um verbo que admite complementos de natureza frásica, como se atesta em (10):
- (10) O Rui acredita [que [a torre ruiu porque houve um sismo violento]].
- b) o enunciado pode ocorrer no escopo de um advérbio de frase, como se demonstra em (11):
- (11) Possivelmente, [a torre ruiu porque houve um sismo violento].

Podemos ainda recorrer a outros testes de natureza formal para provar que a oração causal é um constituinte sintáctico da frase matriz. Pode ser destacada por clivagem, como se vê em (12), e pode ocorrer no escopo da negação de foco, como se atesta em (13)⁷:

(12) Foi porque houve um sismo violento que a torre ruiu.

(13) A torre não ruiu porque houve um terramoto forte (ruiu porque não houve manutenção adequada, *ou* ruiu porque houve um atentado).

Continuando a analisar o comportamento sintáctico das orações causais, verificamos que elas não ocorrem (ou dificilmente ocorrem) depois de uma interrogativa-tag, como se prova pelo exemplo (14):

(14)?? A torre ruiu, não foi? porque houve um sismo violento.

Acrescente-se ainda que a oração causal finita admite ser substituída por uma oração causal infinitiva:

(15) A torre ruiu por ter havido um sismo violento.

Note-se por fim que, em registo oral, não se verifica uma pausa ou quebra entoacional entre os dois membros da construção (cf. Lobo, 2002:154).

Naturalmente que as construções causais não se limitam à expressão da causa real ou causa em sentido estrito, tal como acima se definiu. O conector *porque* é igualmente seleccionado quando o falante visa expressar o motivo, a razão que (na sua opinião) está subjacente à realização de uma determinada acção intencional. É o que acontece em enunciados do tipo “O Rui cancelou a viagem porque a mãe estava doente”.⁸

Independentemente de estarmos perante a expressão de uma causa real ou de um motivo, o que interessa aqui sublinhar é o facto de a coerência se estabelecer, em ambos os casos, ao nível do plano ideacional ou do conteúdo: relacionam-se duas situações do mundo, proposicionalmente representadas, através de um nexo causal. Há autores que utilizam as expressões *causais de re* ou *causais de conteúdo* para este tipo de construções. Havendo compatibilidade entre os elementos cognitivos activados pelo enunciado e o conhecimento do mundo que funciona como background no processo interpretativo, o juízo de coerência estabelece-se automaticamente.

⁷ A negação de foco tem escopo sobre um constituinte particular e não sobre toda a frase. Neste caso, a negação tem escopo sobre a subordinada adverbial causal.

⁸ Na esteira de Mann & Thompson (1988), construções deste tipo aparecem designadas na literatura da especialidade por ‘volitional clauses’.

Atente-se agora no enunciado (16):

(16) Está alguém casa, porque as luzes estão acesas.

Propositadamente, mantivemos o conector *porque*, para pôr em relevo, com toda a nitidez, a natureza qualitativamente distinta da interpretação. É óbvio que o facto de as luzes estarem acesas não é a causa de haver gente em casa. Por outras palavras, não estamos perante uma construção causal prototípica, em que o nexos se estabelece no plano do conteúdo, entre situações do mundo linguisticamente representadas. Ao utilizar o conector *porque*, comutável por *pois* mas também por *visto que*, em (16), o falante justifica/explica a asserção prévia, aduzindo evidência empírica que, na sua opinião, a sustenta. Uma paráfrase possível seria então ‘o facto de eu saber que as luzes estão acesas leva-me a concluir que está alguém em casa’ ou ‘a causa/ a razão/ o motivo que me leva a concluir que está alguém em casa é o facto de as luzes estarem acesas’, ou ainda ‘Digo que está alguém casa porque as luzes estão acesas’⁹. Estamos, pois, perante a explicitação da causa/da razão do dizer.

Ou seja, o nexos causal envolve neste caso o plano enunciativo-pragmático: *porque* prefacia a proposição que exprime o fundamento invocado pelo locutor para enunciar/asserir a proposição inicial. E é justamente porque no segundo membro da construção se explicita o argumento/a premissa que justifica a asserção inicial que dizemos que o encadeamento textual se satura a nível ilocutório. Chamamos a estas construções construções explicativas (*causais periféricas*, *causais de dicto* ou *causais de enunciação*, para outros autores). Línguas como o francês, o inglês ou o alemão distinguem claramente, do ponto de vista formal, entre construções causais (prototípicas) e construções explicativas: em francês, o conector seleccionado quando se visa explicitar um nexos causal entre estados de coisas é *parce que*; já a explicitação de um nexos de causalidade ao nível pragmático-ilocutório envolve a selecção dos conectores *car* ou *puisque*,¹⁰ em inglês, o conector *because* é multifuncional, mas há uma forte tendência para a utilização de *for* ou *since*¹¹ como marcador de uma relação de coerência pragmático-funcional; em alemão, a selecção alternativa verifica-se entre *weil* e *denn*.

Note-se que, tendo em conta os conteúdos proposicionais expressos, parece haver um esquema inferencial subjacente às construções explicativas (cf. Peres 1997): graças à assunção de uma premissa genérica implícita, no caso vertente ‘Normalmente, se/quando está alguém em casa, as luzes estão acesas’, e sabendo que as luzes estão acesas, o falante conclui (na ausência de informação contrária) que há gente em casa. Trata-se de um esquema inferencial defectivo, de um entimema, dada a ausência da premissa genérica, e de tipo abductivo, já que a conclusão corresponde a um facto hipotético que, de acordo com uma premissa implícita que funciona como lei ou norma, explica um facto observado ou tido como verdadeiro/real.¹²

Mas o aspecto mais relevante a reter, quanto às explicativas, é a dimensão ilocutória autónoma dos segmentos conectados: estamos perante uma sequência de dois actos discursivos/ilocutórios, sendo o segundo um acto subordinado de justificação. Neste acto justificativo, o locutor joga/apresenta o conteúdo proposicional como argumento para a conclusão expressa na primeira asserção, correspondente ao acto principal.

O facto de nos confrontarmos com um caso de conexão discursiva de tipo pragmático-funcional tem reflexos do ponto de vista sintáctico. Com efeito, o produto final é um texto (na acepção anteriormente explicitada), mas não é uma frase complexa, como se pode comprovar através dos testes sintáctico-semânticos já invocados e aqui retomados. Veja-se a inaceitabilidade de (17) e (18)¹³:

(17) *O Rui acredita [que[está alguém em casa, porque as luzes estão acesas]].

⁹ O exemplo (16) é semanticamente equivalente à construção conclusiva ‘A torre ruiu, portanto houve um sismo violento’.

¹⁰ Cf. Ducrot 1980, Bentolila 1986.

¹¹ Cf. Sweetser 1990:82.

¹² A possibilidade de reconstrução do argumento/da inferência leva Sweetser 1990 a falar de causais epistémicas a propósito de construções deste tipo. Segundo esta autora, para além do domínio do conteúdo e do domínio ilocutório, há ainda a considerar um terceiro domínio semântico-cognitivo, o domínio epistémico, que envolve o mundo do raciocínio do falante, ancorado no conjunto dos seus conhecimentos e crenças. No entanto, quando estamos perante construções de tipo argumentativo, como é o caso das explicativas, os domínios epistémico e ilocutório são a nosso ver indissociáveis: argumentar a favor de uma determinada conclusão/tese ou asserir uma determinada conclusão e seguidamente justificar essa conclusão implica encadear um raciocínio mas também, de forma central, realizar asserções com estatutos funcionais distintos (premissa(s) e conclusão). Cf. trabalhos de van Eemeren & Grootendorst 1984 sobre argumentação, onde se define a noção de “illocutionary act complex” ou “compound illocution”, ilocução complexa composta por uma constelação de ilocuições elementares pertencentes à esfera dos actos assertivos, cada um deles com distinta função no quadro do macro-acto argumentativo.

¹³ O asterisco em (17) significa apenas que a segunda proposição não funciona como complemento do verbo acreditar: o Rui apenas acredita que está alguém em casa. Em (18) o asterisco significa que o advérbio se aplica apenas à primeira proposição.

(18) *Provavelmente [está alguém em casa, porque as luzes estão acesas].

Nas construções explicativas, não é possível inverter a ordem dos membros, característica que as distancia sintacticamente das construções subordinadas causais. A proposição prefaciada por *porque* explicativo é sempre posposta: *Porque as luzes estão acesas, está alguém em casa.

É igualmente pertinente convocar os testes da clivagem e do escopo da negação para demonstrar que a proposição introduzida pelo conector *porque*, nas construções explicativas, tem um comportamento distinto do das causais prototípicas (e esse comportamento distinto resulta justamente do facto de ela não ser um constituinte sintáctico de uma hipotética frase matriz):

(19) *É porque as luzes estão acesas que está alguém em casa.

(20) *Não está ninguém em casa, porque as luzes estão acesas.¹⁴

Importa ainda sublinhar que as explicativas não podem ser introduzidas pela preposição *por* seguida de uma frase infinitiva:

(21) *Está alguém em casa, por as luzes estarem acesas.¹⁵

Um outro aspecto (sintáctico) interessante que distingue as explicativas das causais prende-se com a possibilidade de as primeiras ocorrerem facilmente depois de uma interrogativa-tag, o que não acontece com as últimas, como vimos atrás:

(22) Está alguém em casa, não está?, porque as luzes acesas.

Assinale-se que, na oralidade, as explicativas são obrigatoriamente precedidas de pausa e estão associadas a uma curva entoacional frásica distinta da do primeiro membro da construção. São, pois, marcadas entoacionalmente, ao contrário do que acontece com as causais prototípicas (cf. Lobo 2002). Características prosódicas sinalizam, assim, a independência sintáctica dos enunciados, que por sua vez reflecte a respectiva autonomia ilocutória.

Há ainda um derradeiro aspecto interessante a mencionar no sentido de sublinhar a distinta natureza destes dois tipos de construções. Refiro-me ao facto de as construções explicativas admitirem, como primeiro membro, um enunciado com uma força ilocutória directiva.¹⁶ Ou seja, pode ocorrer uma frase imperativa no primeiro membro da construção, como se atesta em (24), o que nunca acontece com as causais:

(24) Acorda, porque são horas de ir para a escola!

Os exemplos comentados visam provar a pertinência da distinção entre coerência semântica e coerência pragmático-funcional: estão em jogo relações discursivas de natureza distinta, que envolvem distintos planos da significação, sendo que a sintaxe absorbe e reflecte essa diferença.

Em síntese: quando duas proposições são articuladas através de uma relação discursiva de causa, explicitamente sinalizada pelo conector causal *porque*, o produto categorial final é de natureza frásica, o domínio de significação envolvido é o domínio ideacional e o enunciado produzido corresponde a um só acto discursivo; mas há casos em que o mesmo conector articula dois enunciados, correspondentes a dois actos discursivos, dando origem a uma estrutura final de natureza textual embora não frásica; nestes casos, o domínio de significação envolvido é o domínio interpessoal da significação.

Exemplos deste tipo iluminam de forma nítida a interface entre semântica, pragmática e estrutura sintáctica, quando analisamos produtos efectivos do uso da língua.

¹⁴ Em (19), o asterisco significa a impossibilidade da focalização da proposição introduzida por *porque* com valor explicativo: o enunciado (19) não corresponde à interpretação activada por (16). Em (20), o asterisco significa que no escopo da negação está apenas a 1ª proposição expressa.

¹⁵ No entanto, já é possível parafraseá-las por uma oração infinitiva introduzida por *visto* ou *dado*: Está alguém em casa, visto as luzes estarem acesas.

¹⁶ Se o primeiro membro da construção for uma pergunta e não uma injunção, o segundo membro será tipicamente introduzido pela expressão *é que*: (i) Tens planos para sábado à noite? É que gostava de te convidar para irmos ao cinema.

3. Considerações finais

Os exemplos analisados parecem funcionar como argumento forte a favor da tese defendida no quadro da Linguística Cognitiva, segundo a qual a estruturação (cognitiva) dos estados e processos mentais e da própria interação verbal se baseia metaforicamente no modo como apreendemos e modelizamos o domínio do mundo sócio-físico. Assim, a relação de causa(lidade), basicamente aplicável a situações do mundo externo (*p porque q*), é também convocada na modelização do mundo do raciocínio (ou domínio epistémico) e da própria actividade discursiva (*concluo/digo p porque (sei que) q*). No caso das construções explicativas, os domínios epistémico e ilocutório são a nosso ver indissociáveis: argumentar a favor de uma determinada conclusão/tese implica encadear um raciocínio mas também, de forma central, realizar asserções com estatutos funcionais distintos (conclusão e premissa).

O estudo e a caracterização dos diferentes tipos de relações discursivas que cimentam a construção da representação mental coerente de um texto é um filão importante na investigação linguística contemporânea. As questões ainda não respondidas de forma cabal prendem-se com a sua rigorosa categorização: há ou não um conjunto finito de relações discursivas? Caso se postule uma resposta afirmativa, qual a natureza dessas relações? Serão definíveis a partir de conceitos cognitivamente básicos ou primitivos, de natureza universal? Como provar a sua saliência e adequação psicológica? Uma pesquisa que conjugue resultados provenientes da área da aquisição da linguagem com resultados obtidos nos estudos sobre processamento do discurso poderão trazer um contributo relevante a estas questões. Sabemos hoje mais sobre mecanismos geradores do todo de sentido que designamos por texto, mas estamos ainda longe de respostas definitivas.

Referências

- Ariel, M.
2001 "Accessibility theory". In T. Sanders *et al.*(orgs.), *Text Representation. Linguistic and Psycholinguistic Aspects*. Amsterdam: Benjamins, 29-87.
- Beaugrande, R. de
1980 *Text, Discourse and Process: a Multidisciplinary Science of Texts*. London: Longman.
- Beaugrande, R. de e W. Dressler
1981 *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman.
- Bentolila, F.
1986 "Car en français écrit". *La Linguistique* 22-2: 95-115.
- Brown, G. e G. Yule
1983 *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bublitz, W., U. Lenk e E. Ventola (orgs.)
1999 *Coherence in text and discourse*. Amsterdam: John Benjamins.
- Charolles, M. *et al.* (orgs.)
1986 *Research in text connexity and text coherence: a survey*. Hambourg: Buske.
- van Dijk, T.A.
1977 *Text and Context. Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*. London: Longman.
- van Dijk, T. A. e W. Kintsh
1983 *Strategies of Discourse Comprehension*. New York: Academic Press.
- Ducrot, O.
1980 *Les mots du discours*. Paris: Minuit.
- van Eemeren, F.A. e R. Grootendorst
1984 *Speech Acts in Argumentative Discussions*. Dordrecht: Foris.
- Fonseca, J.
1992 *Linguística do Texto/Discurso. Teoria, descrição, aplicação*. Lisboa: ICALP.
1993 *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*. Porto: Porto Editora.
1994 *Pragmática Linguística. Introdução, teoria e descrição do Português*. Porto: Porto Editora.
- Givón, T.
1995 "Coherence in text vs. coherence in mind". In M.A. Gernsbacher e T. Givón (orgs.), *Coherence in spontaneous text*. Amsterdam: Benjamins, 59-116.
- Gundel, J. *et al.*
1993 Cognitive status and the form of referring expressions in discourse. *Language* 69: 274-307.
- Halliday, M.A.K.
1973 *Explorations in the Functions of Language*. London: Arnold.
- Halliday, M.A.K. e R. Hasan
1976 *Cohesion in English*. London: Longman.

- Kehler, A.
2004 "Discourse Coherence". In L.R. Horn e G. Ward (orgs.), *The Handbook of Pragmatics*. Blackwell Publishing, 241-265.
- Lakoff, G.
1987 *Women, Fire, and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Langaker, R.
1987 *Foundations of Cognitive Grammar. Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press.
- Lascarides, A. e N Asher
1993 Temporal interpretation, discourse relations, and common sense entailment, *Linguistics and Philosophy*, 16: 437-493.
- Lobo, M.
2002 *Aspectos da sintaxe das orações subordinadas adverbiais do português*. Dissertação de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa.
- Lopes, O.
1971 *Gramática simbólica do Português*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência.
- Lorch, R.F. e E.J.O'Brien (orgs.)
1995 *Sources of coherence in reading*. Hillsdale: Laurence Erlbaum Associates Publishers.
- Mann, W.C. e S.A.Thompson
1988 Rhetorical structure theory: Toward a functional theory of text organization. *Text*, 8: 243-281.
- Martín Zorraquino, M.A. e J. Portolés
1999 "Los marcadores del discurso",. In I. Bosque e V.Demonte (orgs.), *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa: 4051-4213.
- Neves, M.H.M.
1999 "As construções causais". In M.H.M. Neves (org.), *Gramática do Português Falado*, vol. VII. Campinas: Editora da Unicamp: 461-496.
- Peres, J.
1977 "Sobre conexões proposicionais em Português". In A. M. Brito *et al.* (orgs.), *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes: 775-787* Porto: Campo das Letras.
- Kamp, H. e U. Ryle
1993 *From Discourse to Logic*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Redeker, G.
1990 Ideational and pragmatic markers of discourse structure. *Journal of Pragmatics*, 14: 367-381.
- Roulet, E. *et al.*
1985 *L'articulation du discours en français contemporain*. Berna: Peter Lang.
- Sanders, T.
1997 Semantic and pragmatic sources of coherence: on the categorization of coherence relations in context. *Discourse Processes*:24, 119-147.
- Sanders, T. *et al.*
2001 *Text Representation. Linguistic and Psycholinguistic Aspects*. Amsterdam: John Benjamins.
- Sanders, T., W. Spooren e L. Noordman
1993 Coherence relations in a cognitive theory of discourse representation. *Cognitive Linguistics*, 4: 93-133.
- Schank, R. C. e R. Abelson
1977 *Scripts, Plans, Goals and Understanding*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Sperber, D. e D. Wilson
1986 *Relevance. Communication and Cognition*. Oxford: Oxford University Press.
- Sweetser, E.
1990 *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.